



PARECER N.º

/2020 - CCJ

DA COMISSÃO DE
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, sobre
o PROJETO DE LEI N.º 647, de
2019, que "*Institui e inclui o 'DIA
DO AUDITOR-FISCAL DA
RECEITA DO DISTRITO FEDERAL',
o qual passará a integrar no
Calendário Oficial de Eventos do
Distrito Federal*".

Autor: Deputado DELMASSO

Relator: Deputado MARTINS
MACHADO

I – RELATÓRIO

Submete-se o Projeto de Lei n.º 647/2019, de autoria do nobre Deputado Delmasso, que "Institui e inclui o 'DIA DO AUDITOR-FISCAL DA RECEITA DO DISTRITO FEDERAL', o qual passará a integrar no Calendário Oficial de Eventos do Distrito Federal".

O artigo 1º determina a instituição, no âmbito do Distrito Federal o "Dia do Auditor Fiscal da Receita do Distrito Federal", a ser comemorado anualmente, no dia 21 de setembro, passando a constar no Calendário comemorativo oficial do Governo do Distrito Federal.

O Projeto foi lido em 17/09/2019 e determinado que tramitasse na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, onde obteve aprovação em 23/10/2019, bem como nesta Comissão de Constituição e Justiça.

No prazo regimental não foram apresentadas Emendas nesta Comissão.

É o relatório.

II – VOTO DO RELATOR

Incumbe, privativa e terminativamente, a esta CCJ exercer o juízo da proposição acima elencada quanto à admissibilidade, constitucionalidade, legalidade, regimentalidade, técnica legislativa e redação, conforme o determinado pelo artigo 63, inciso I e § 1º, do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Cumprindo seu trâmite regimental na Casa, a matéria foi distribuída à Comissão de Educação, Saúde e Cultura que concluiu seu parecer, quanto ao mérito, por sua aprovação.

Nesta Comissão, tem-se o entendimento de que, assim como na comissão pela qual

tramitou a proposta, o projeto merece prosperar.

Em relação à competência desta Casa para dispor sobre o tema, encontramos suporte nos artigos 30, inciso I, e 32, § 1º, da Constituição Federal vigente, perfilhados pela Lei Orgânica do Distrito Federal.

No § 1º, do artigo 32, o constituinte atribuiu ao Distrito Federal as competências legislativas reservadas aos estados e municípios; no inciso I do artigo 30, legislar sobre assuntos de interesse local.

Nossa Lei Orgânica, no artigo 14, determina que "*Ao Distrito Federal são atribuídas as competências legislativas reservadas aos Estados e Municípios, cabendo-lhe exercer, em seu território, todas as competências que não lhe sejam vedadas pela Constituição Federal*".

Ademais, a proposição em questão não trata de matéria de iniciativa legislativa privativa do Governador do Distrito Federal, seja em razão do disposto no artigo 61, § 1º, da Constituição Federal – aplicável em decorrência do princípio da simetria -, seja em virtude do estatuído no artigo 71, § 1º, da Lei Orgânica do Distrito Federal.

A matéria não se encontra entre aquelas que mereçam excepcional tratamento por lei complementar.

Nada há nada a questionar sobre a natureza do interesse local da proposição.

A proposição não acarreta encargo ao governo do Distrito Federal, que pode escolher como divulgar o evento, conforme os órgãos executivos julguem adequado.

Como bem relatado pelo nobre autor, a finalidade principal da proposição é a gerar a reflexão sobre a relevância da carreira, o seu papel para o Distrito Federal e para a sociedade, a fim de reforçar as lutas pela valorização da carreira e por melhores condições de trabalho e defesa da autonomia e independência do cargo. Ressalte-se, ainda, que a categoria é responsável por contribuir para a gestão financeira e contábil do DF, principalmente no que envolve as receitas, gastos e balanços, tendo papel relevante, pois coopera com a fiscalização e arrecadação de tributos, prestando auxílio aos governantes, para garantir os recursos suficientes para investir em programas e políticas públicas.

Diante do exposto, somos, no âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça, pela **ADMISSIBILIDADE** do Projeto de Lei n.º 647/2019.

É o Voto.

Sala das Comissões, em

Deputado MARTINS MACHADO

Relator



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MARTINS MACHADO - Matr. 00155**, **Deputado(a) Distrital**, em 09/03/2020, às 18:14, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **0068717** Código CRC: **6738F989**.

Praça Municipal, Quadra 2, Lote 5, 3º Andar, Gab 10– CEP 70094-902– Brasília-DF– Telefone: (61)3348-8102
www.cl.df.gov.br - dep.martinsmachado@cl.df.gov.br

00001-00006799/2020-71

0068717v2